

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTE DE CONDUTA

O Ministério Público do Estado de Santa Catarina, representado, neste ato, pela Promotora de Justiça abaixo subscrita, doravante designada COMPROMITENTE, a ILPI Lar de Idosos Recanto da Sagrada Família, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 26.115.289/0001-88, com sede na Rua Marlin Azul, n. 38, bairro Itajuba, Barra Velha, representada neste ato pelos proprietários Marcelo Penicho Ferreira, brasileiro, divorciado, empresário, natural de São Paulo/SP, inscrito no CPF n. 201.058.928-90, RG n. 23629773-9, e Luciana Valéria de Oliveira, brasileira, empresária, natural de São Paulo/SP, inscrita no CPF n. 161.161.908-47, RG n. 4.988.664, denominada COMPROMISSÁRIA, autorizados pelos arts. 5º, §6º da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Santa Catarina; e

CONSIDERANDO a supremacia da Ordem Social e o Direito do Idoso, estabelecidos no artigo 230, §1º, da Constituição Federal e no Estatuto do Idoso – Lei n. 10.741/03;

CONSIDERANDO a determinação legal contida no art. 25, VI, da Lei n. 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e no artigo 52 do Estatuto do Idoso, que autorizam ao Ministério Público a fiscalização das entidades que abriguem idosos;

CONSIDERANDO que as regras estabelecidas pela Resolução - RDC/ANVISA n. 283/05, referentes ao padrão mínimo de funcionamento das instituições de longa permanência para idosos (ILPI), visam garantir a população idosa os direitos assegurados pela legislação, bem como prevenir e reduzir os riscos à saúde destes, mediante a qualificação da prestação do serviço das referidas instituições;

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BARRA VELHA

CONSIDERANDO que o artigo 2º da Lei nº 10.741/03 - Estatuto do Idoso - dispõe que "o idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade";

CONSIDERANDO que "é obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária" (art. 3º do Estatuto do Idoso);

CONSIDERANDO que o parágrafo único do artigo 48 da Lei n. 10.741/03 estabelece que "as entidades governamentais e não-governamentais de assistência ao idoso ficam sujeitas à inscrição de seus programas, junto ao órgão competente da Vigilância Sanitária e Conselho Municipal da Pessoa Idosa, e em sua falta, junto ao Conselho Estadual ou Nacional da Pessoa Idosa, especificando os regimes de atendimento, observados os seguintes requisitos: I - oferecer instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança; II - apresentar objetivos estatutários e plano de trabalho compatíveis com os princípios desta Lei; III - estar regularmente constituída; IV - demonstrar a idoneidade de seus dirigentes";

CONSIDERANDO que o artigo 50 da Lei n. 10.741/03 elenca o seguinte rol de obrigações das entidades de atendimento: "celebrar contrato escrito de prestação de serviço com o idoso, especificando o tipo de atendimento, as obrigações da entidade e prestações decorrentes do contrato, com os respectivos preços, se for o caso; observar os direitos e as garantias de que são titulares os idosos; fornecer vestuário adequado, se for pública, e alimentação suficiente; oferecer instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade; oferecer atendimento personalizado; diligenciar no sentido da preservação dos vínculos familiares; oferecer acomodações apropriadas para recebimento de visitas; proporcionar cuidados à saúde, conforme a necessidade do idoso; promover atividades educacionais, esportivas, culturais e de lazer; propiciar assistência religiosa àqueles que desejarem, de acordo

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BARRA VELHA

com suas crenças; proceder a estudo social e pessoal de cada caso; comunicar à autoridade competente de saúde toda ocorrência de idoso portador de doenças infecto-contagiosas; providenciar ou solicitar que o Ministério Público requisiute os documentos necessários ao exercício da cidadania àqueles que não os tiverem, na forma da lei; fornecer comprovante de depósito dos bens móveis que receberem dos idosos; manter arquivo de anotações onde constem data e circunstâncias do atendimento, nome do idoso, responsável, parentes, endereços, cidade, relação de seus pertences, bem como o valor de contribuições, e suas alterações, se houver, e demais dados que possibilitem sua identificação e a individualização do atendimento; comunicar ao Ministério Público, para as providências cabíveis, a situação de abandono moral ou material por parte dos familiares; e manter no quadro de pessoal profissionais com formação específica"

CONSIDERANDO que a instrução do presente procedimento revelou irregularidades de diversas ordens na constituição e no funcionamento da entidade denominada Lar de Idosos Recanto da Sagrada Família em desrespeito a legislação que rege o regular funcionamento das instituições desta natureza, como o Estatuto do Idoso e a RDC/ANVISA nº 283/05;

CONSIDERANDO que as irregularidades, *a priori*, são sanáveis, sendo desnecessário, no momento, a aplicação das penalidades previstas no artigo 55 do Estatuto do Idoso, mormente porque a proprietária da entidade possui interesse em adequar-se integralmente às normas vigentes para Instituições de Longa Permanência de Idosos;

RESOLVEM celebrar o presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC), mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A COMPROMISSÁRIA compromete-se a respeitar a idade do público alvo, não recebendo pessoas com idade inferior a 60 (sessenta) anos, e nem ultrapassar a sua capacidade de atendimento, hoje de 20 (vinte) vagas, limitando-se a pacientes com grau de dependência I e II, estando proibido o recebimento de pacientes com grau de dependência III;

CLÁUSULA SEGUNDA: A COMPROMISSÁRIA compromete-se organizar e manter atualizados, e com acesso fácil, os documentos necessários à

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BARRA VELHA

regularização, fiscalização, avaliação e controle social. Consta que o estabelecimento não possui contrato dos idosos, carteira de saúde, cópia da RDC n. 283/05, indicadores de agravo; (item 4.5.5)

CLÁUSULA TERCEIRA: A COMPROMISSÁRIA compromete-se a manter o atendimento aos internos em cumprimento às normas vigentes para seu funcionamento (Estatuto do Idoso e RDC 283/2005), adequando os pontos ainda pendentes, conforme relatório elaborado pela Vigilância Sanitária Estadual de Santa Catarina, o que culminou na interdição do estabelecimento, mediante as medidas e os prazos¹ a seguir estipulados:

NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS:

1. Apresentar documentação do responsável técnico ao serviço de vigilância sanitária; RDC 283/05 (item 4.5.3.1)
2. Manter os ambientes limpos, livres de resíduos e odores. RDC 283/05 (item 5.4.2)
3. Proporcionar aos idosos atividades educacionais, esportivas, culturais e de lazer. (Estatuto do Idoso, art. 50, IX)
4. Retirar material em desuso para atividades. RDC 283/05
5. Realizar organização geral na rouparia. RDC 283/05
6. Limpeza e descontaminação dos alimentos, armazenagem de alimentos, preparo dos alimentos com enfoque nas boas práticas de manipulação, boas práticas para prevenção e controle de vetores, acondicionamento de resíduos. RDC 283/05 a-b-c-d-e.
7. O estabelecimento deve possuir 1 (um) cuidador para cada 10 (dez) idosos, bem como, 2 (dois) cuidadores a cada turno. RDC 283/05. Item 4.6.1.2
8. Devem ser proporcionadas condições físicas de habitabilidade,

¹ A CONTAR DA ASSINATURA DESTE TERMO.

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BARRA VELHA

higiene, salubridade e segurança, garantindo acessibilidade a todas as pessoas com dificuldades de locomoção. Lei n. 10.098/00

9. Os dormitórios devem possuir distância mínima de 0,80 centímetros entre as camas e 0,50 centímetros entre a cama lateral e a parede paralela. Todos os quartos devem possuir luz de vigília e campainha de alarme. RDC 283/05. Item 4-7-7-1 a,d
10. O estabelecimento deve possuir local adequado para lavagem e secção de roupas, sem armazenar roupas sujas no piso, o que caracteriza falta de organização, higiene e contaminação cruzada. RDC 283/05. 5-4
11. Deve ser mantido cardápio atualizado e assinado por nutricionista. RDC 283/05

CLÁUSULA QUARTA: A COMPROMISSÁRIA compromete-se a, no prazo de 10 (dez) dias, retirar da instituição os pacientes excedentes ao número de vagas permitido, ou seja, 20 (vinte), encaminhando os idosos às famílias ou a outros estabelecimentos adequados;

CLÁUSULA QUINTA: As partes poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, o qual poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrem tecnicamente necessárias;

CLÁUSULA SEXTA: Este título executivo não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, monitoramento e fiscalização de qualquer órgão público competente, nem limita ou impede o exercício, por ele, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares;

CLÁUSULA SÉTIMA: O cumprimento das obrigações previstas neste TAC não isenta a COMPROMISSÁRIA da observância das demais exigências da legislação em vigor e/ou em outras leis que vierem a ser editadas ou entrarem em vigor após a sua assinatura;

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BARRA VELHA

CLÁUSULA OITAVA: A inexecução dos compromissos previstos em quaisquer das Cláusulas anteriores facultará ao Ministério Público Estadual, decorridos os prazos previstos, adotar as medidas judiciais cabíveis;

CLÁUSULA NONA: O presente TAC entrará em vigor na data de sua assinatura. Este acordo tem eficácia de título executivo extrajudicial, na forma do § 6º do art. 5º da Lei n. 7.347/85 e art. 585, inciso VII do Código de Processo Civil e a promoção de arquivamento do procedimento ao qual se vincula, será submetida à apreciação do Conselho Superior do Ministério Público, conforme determina o § 3º do art. 9º da Lei n. 7.347/85, nos termos do art. 26, caput, do Ato n. 335/2014/PGJ/MPSC;

CLÁUSULA DÉCIMA Em caso de descumprimento do presente acordo por parte da COMPROMISSÁRIA, os representantes, aqui signatários, incorrerão, solidariamente, na multa diária de R\$ 500,00 (quinhentos reais), de natureza pessoal, por cada obrigação que for descumprida, cujo valor será revertido ao Fundo Estadual de Reconstituição de Bens Lesados (FRBL);

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: O Ministério Público compromete-se:

1. A não adotar qualquer medida judicial contra a COMPROMISSÁRIA, no que diz respeito aos itens acordados, caso o ajustamento de conduta seja integralmente cumprido dentro dos prazos estipulados.
2. A, antes de promover a execução do presente TAC, remeter ofício as representantes legais da COMPROMISSÁRIA para que, em 5 (cinco) dias, preste os esclarecimentos que julgar necessárioS a respeito do alegado descumprimento das obrigações avençadas.

Assim, por acharem justo e acertado, firmam as partes o presente Termo de Compromisso, em 3 (três) vias de igual teor, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, para que surta seus jurídicos legais efeitos.

Barra Velha, 26 de fevereiro de 2018.

Tehane Tavares Fenner
Promotora de Justiça

Lar de Idosos Recanto da Sagrada Família
representada por Luciana Valéria de Oliveira e Marcelo Penicho Ferreira
Compromissária